

Arturo Almandoz y Macarena Ibarra, eds.,
Enmarcando la ciudad planificada en América Latina, 1940-1980.
Desarrollo, território y planes sectoriales,
Santiago de Chile, RIL Editores, Colección de Estudios Urbanos UC,
2024, 508 págs.

«Enmarcando la ciudad planificada en América Latina, 1940-1980. Desarrollo, território y planes sectoriales», livro organizado por Arturo Almandoz, da Pontificia Universidad Católica de Chile, Universidad Simón Bolívar e Academia Nacional de la Ingeniería y el Habitat de Venezuela, e Macarena Ibarra, da Pontificia Universidad Católica de Chile, aborda os movimentos políticos, econômicos e disciplinares que moldaram instituições, formação de profissionais e práticas de planejamento na América Latina entre o segundo pós-guerra e o início dos anos 1980.

O livro se volta para as relações do desenvolvimento com a urbanização e suas implicações territoriais, e se destaca como fruto de um processo coletivo e multidisciplinar de projetos desenvolvidos por Almandoz e Ibarra entre 2016 e 2023, com a colaboração de outros

pesquisadores da Pontificia Universidad Católica de Chile. Em 2018, o primeiro livro resultante dessa parceria, *Vísperas del urbanismo en Latinoamérica, 1870-1930. Imaginarios, pioneros y disciplinas* teve como ponto de partida a pesquisa “La ciudad que no fue”. Revisión crítica de planes y proyectos de ciudades en la emergencia del urbanismo en Chile (1872-1929)».

O novo livro, assim como o primeiro, se desenvolve a partir de um projeto voltado para o Chile —«Vivienda y Urbanismo. Una revisión crítica de la emergencia y desarrollo de “la ciudad planificada” en Chile (1936-1973)»— e amplia seu escopo para o contexto latino-americano. Nessa ampliação, foram agregados pesquisadores vinculados a instituições de pesquisa da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia,

México e Uruguai, para colaborar com textos sobre seus países.

Tanto a ampliação para o continente como a aproximação dos contextos nacionais nos remetem ao que Bernard Lepetit (1993) denomina «levar a sério a historicidade dos fenômenos sociais», ou seja, «admitir que situações num mesmo tempo diferem sempre por algum lado» (Lepetit, 1993).

Nessa perspectiva de reconhecer a pluralidade e a singularidade de contextos no tempo e no espaço, tão cara a Lepetit, Jacques Revel, Thomas Bender, dentre outros estudiosos que se dedicam à história urbana, cabe aqui lembrar duas leituras que ilustram duas dimensões sobre a centralidade assumida pela América Latina no contexto da guerra fria. Por um lado, o historiador e cientista político Luiz Felipe de Alencastro que identifica um processo de «latino americanização da guerra fria através da Revolução Cubana» (2020). Por outro lado, o historiador e arquiteto Adrián Gorelik interpreta a «cidade latino-americana» entre os anos 1950 e 1970 como «uma verdadeira bomba de sucção para uma série

de figuras, disciplinas e instituições que estavam conformando o novo mapa intelectual, acadêmico e político do pensamento social latino-americano» (Gorelik, 2005: 115).

É no reconhecimento da simultaneidade de processos da realidade social, sejam eles de ordem geopolítica, econômica, cultural, disciplinar etc., sem estabelecer hierarquias a priori, que o livro colabora com novas miradas sobre o ciclo desenvolvimentista da América Latina.

A organização do livro e o conjunto de dez textos que o compõem espelham os movimentos de diferentes pontos de observação assumidos na pesquisa. Variar a escala de análise, que não é necessariamente geográfica, nem cronológica, implica em variar o ponto de vista. Este recurso metodológico de reconhecimento de vários pontos de vista analíticos possibilita a construção dos objetos em sua complexidade (Revel, 1996).

Na primeira parte «Miradas Panorâmicas», a introdução dos organizadores, um texto de Almandoz e um texto de Ibarra e Felipe

Hidalgo abordam questões transversais do desenvolvimentismo como modelo de base industrial e nacionalista. Os três textos constroem e formulam uma tríade de dimensões fundamentais do ciclo desenvolvimentista na América Latina e da teoria e prática do planejamento, que estão no cerne do argumento do livro.

A partir de um amplo panorama da produção historiográfica dentro e fora do continente, que percorre diferentes vertentes analíticas desde o desenvolvimentismo ancorado na economia às revisões e deslocamentos para suas relações com a modernização e a modernidade social e cultural, Almandoz e Ibarra contextualizam o ciclo desenvolvimentista na América Latina do ponto de vista teórico e epistemológico e situam a colaboração e originalidade do livro na perspectiva do território e do espaço no panorama historiográfico.

Em «Desarrollismo, urbanización y planificación territorial em América Latina: de la Cepal a la década perdida», Almandoz problematiza as condições, contradições e limites da industrialização ancorada na substituição de

importações e aceleração da urbanização. Para sua argumentação elabora um panorama do processo de urbanização com mapas e dados estatísticos e um panorama historiográfico sobre a ampliação territorial do planejamento, mobilizando estudos de pesquisadores latino-americanos.

No novo patamar de desenvolvimento alcançado pelas maiores economias latino-americanas apoiadas pelas diretrizes da Cepal e por programas como a Aliança para o Progresso nos anos 1960, desvenda a persistência do nacionalismo econômico e político até a década seguinte, perpassando regimes estatistas e liberais, democráticos e ditatoriais.

Completando a tríade, no texto «Las corporaciones em la sectorización de la ciudad planificada em Chile: de la vivienda al urbanismo», Ibarra e Hidalgo identificam a regionalização e a setorização articuladas ao governo nacional como estratégia do período desenvolvimentista. Num estudo minucioso sobre as políticas habitacionais no Chile e a expansão para outras dimensões de intervenção no território, mostram como a partir do enquadramento

regional e territorial do crescimento urbano se constrói um novo sentido da cidade planejada no período.

Na segunda parte do livro «Estudos de caso», os textos sobre Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Uruguai e Venezuela, sete países nos quais a urbanização alcançou os mais altos índices de crescimento e concentração de população urbana, expressam as generalizações possíveis e as especificidades locais do que Almandoz denomina «euforia industrializadora e urbanizadora» (p.41).

Elaborados por pesquisadores com formação em diferentes campos disciplinares história, arquitetura, urbanismo, filosofia, geografia, economia, ciências sociais, ciência política, oferecem um mosaico de múltiplos olhares sobre institucionalidades, agentes, profissionais e práticas, nas tramas do desenvolvimento econômico, do planejamento territorial e do planejamento centralizado.

Instituições nacionais de planejamento econômico e/ou territorial foram criadas nos sete países. As temporalidades na criação e duração

de conselhos, ministérios, diretorias e outros formatos organizacionais; os limites colocados pela geopolítica e por interesses econômicos; os vínculos com experiências de outros países, sobretudo pela presença de experts ou missões internacionais; a formação de profissionais; o protagonismo ou negligência da dimensão espacial; as regionalizações e as setorizações para além da moradia, são variáveis que matizam as mudanças, permanências e rupturas institucionais.

Com trabalhos elaborados com irretocável rigor acadêmico o livro se realiza plenamente como obra de consulta para a docência e pesquisa em áreas de conhecimento relacionadas aos estudos urbanos e ao planejamento, como sugerem Almandoz e Ibarra. E como tal, tem o mérito de abrir inúmeras possibilidades de pesquisas, em especial as voltadas às institucionalidades do planejamento, suas formações, persistências, embates e relações com as práticas sociais, no século XX e na passagem para o XXI.

Retomo aqui a referência no livro a persistências nas práticas do planejamento no

ciclo desenvolvimentista no trânsito entre governos autoritários e democráticos, num quadro de mudanças jurídico-institucionais que marcaram o continente latino-americano.

Lowndes e Lamprière (2018: 228) abordam as sucessivas retomadas, alterações, adaptações de projetos previamente elaborados por governos em contextos de matizes políticas e institucionais díspares, como um processo de formação institucional. Um processo no qual as leis se reproduzem associadas às instituições que, em sua utilização, realizam ajustes e, ao atenderem a interesses e pressões, podem ser quebradas ou subvertidas (Lowndes e Lamprière, 2018).

O caso brasileiro nesse aspecto é exemplar como um processo de apropriação de narrativas, com subversão de regras e permanências resistentes. Foi durante a ditadura civil-militar (1964-1985) que mais avançou a criação de um sistema de planejamento no país, no qual se incluiu o planejamento territorial. Não por acaso, pois foi elaborado tendo por base um sistema de planejamento formulado pelo economista Celso Furtado, no governo do

presidente João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964.

Enquanto o Sistema Nacional de Planejamento formulado no governo de Goulart tinha como objetivo combinar o rápido desenvolvimento e a preservação das liberdades democráticas, o estado militar combinou a modernização da máquina do Estado ao aprofundamento da centralização do planejamento (vigente desde a Era Vargas) e associado à segurança nacional para desenvolvimento do país.

Instituições de planejamento são espaços de atribuição de poderes, regras definem vantagens e mudanças colocam em risco posições, valores, identidades e comportamentos. Por outro lado, instituições são espaços de embates, são parte do jogo social. Às alternâncias de regime político não correspondem rupturas absolutas com ideias, práticas instaladas, gerações de profissionais que se mantêm atuantes por décadas, assim como grupos organizados e que se renovam na sociedade civil, o que aprofunda a complexidade para analisar rupturas e permanências.

Sarah Feldman
Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade
de São Paulo
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
e Tecnológico (CNPq), Brasil

Experiencias de microanálisis, San Martín, UNSAM
Edita, pp. 9-18.

Referencias citadas

Alencastro, L. (2020): *Aula do curso Temas de história e cultura brasileira*, 18/08/2020.

Gorelik, A. (2005): «A produção da “cidade latinoamericana”», *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 17(1), pp. 11-133. Disponible en web: <https://acortar.link/tiklJ4>

Lepetit, B. (2001 [1993]): «Uma lógica para o raciocínio histórico (Nota crítica)», en *Por uma nova história urbana*, edición de H. Angotti-Salgueiro, São Paulo, EDUSP, pp.117-136.

Lowndes, V. y Lemprière, M. (2018): «Understanding Variation in Processes of Institutional Formation», *Political Studies*, 66(1), pp. 226-244.

Revel, J. (1996): «Presentación: La Construcción de lo social», en J. Revel, dir., *Juegos de escalas*.